



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
VALÉRIA ALVES DE FRANÇA

**A METODOLOGIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E
A GERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS COMUNIDADES DO CONJUNTO
PALMEIRAS E GRANJA PORTUGAL**

FORTALEZA – CEARÁ
2011

VALÉRIA ALVES DE FRANÇA

A METODOLOGIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS E
A GERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS COMUNIDADES DO CONJUNTO
PALMEIRAS E GRANJA PORTUGAL

Orientador:
Jakson Alves Aquino

Monografia apresentada
ao departamento de
Ciências Sociais – UFC,
como pré-requisito parcial
para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências
Sociais.

Fortaleza
20 de junho de 2011

Monografia de bacharelado defendida por Valéria Alves de França no dia 20 de junho de 2011, em Fortaleza, Estado do Ceará, perante a banca examinadora constituída pelos docentes:

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino
Orientador

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Uribam Xavier de Holanda
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a metodologia dos bancos comunitários nas localidades em que eles atuam e verificar se a metodologia de implantação dos bancos comunitários gera capital social local, aumentando a confiança dentro da comunidade. Assim como o fortalecimento de ações paralelas que estimulam a reprodução de capital social. A hipótese norteadora deste trabalho é que através da metodologia trabalhada pelos bancos comunitários os mesmos conseguem despertar empoderamento e desenvolvimento local, este não apenas econômico, mas também social. O trabalho foi realizado com caráter exploratório através de entrevistas a pessoas da gestão dos bancos assim como com pessoas de uma das localidades que se utilizaram dos serviços de um banco comunitário.

Palavras-chave: Bancos comunitários, capital social e desenvolvimento local.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|--------|---------------------------------------------------------|
| SENAES | - Secretaria Nacional de Economia Solidária. |
| QI-MCS | - Questionário Integrado para Medir Capital Social. |
| IDH | - Índice de Desenvolvimento Humano |
| ONU | - Organização das Nações Unidas. |
| BNDES | - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. |
| PLIES | - Plano Local de Investimento Estratégico. |
| SPC | - Serviço de Proteção ao Crédito. |
| FECOL | - Forun socio economico local. |
| MTE | - Ministério do Trabalho e Emprego. |
| INSS | - Instituto Nacional do Seguro Social |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------|----|
| 1. Introdução | 7 |
| 2. Bancos Comunitários | 11 |
| 2.1. Capital social | 11 |
| 2.2. Como surgiu e no que consiste um banco comunitário..... | 17 |
| 2.3. Gestão dos bancos comunitários..... | 26 |
| 2.4. Papel dos bancos comunitários..... | 28 |
| 2.5. Crédito social..... | 31 |
| 2.6. Ações paralelas..... | 39 |
| 2.7. Impacto e replicação..... | 42 |
| 3.Riosol | 44 |
| 3.1. Breve história da Granja Portugal..... | 44 |
| 3.2. Riosol..... | 45 |
| 3.3. Bancos comunitários e o capital social..... | 47 |
| 3.4. Limites de atuação | 51 |
| 4.Conclusão | 54 |

1. Introdução

Capital Social é um tema relativamente novo no Brasil. No mundo já se faz presente a muito desde e Tocqueville. Mesmo que estes não tenham usado a expressão de forma objetiva, faziam análises onde o mesmo estava presente de forma intrínseca. Sua importância se justifica, na medida em que através das relações sociais estabelecidas pela confiança mútua, o capital social pode ser responsável pelo desenvolvimento e/ou fortalecimento social de algumas regiões.

As relações humanas de caráter forte ou fraco são as principais premissas para a geração de capital social. A confiança mútua e as ações coletivas têm o poder de fortalecer as comunidades. Assim fica explícito nas análises sobre o tema o quanto as ações de grupos podem levar comunidades ao patamar superior na evolução econômica, claro que não, necessariamente, acumulando capital, mas no que diz respeito ao crescimento da qualidade de vida da população em destaque.

De forma geral, o tipo de capital social que nos interessa nesta monografia consiste na capacidade humana de cooperar em determinadas situações sem sofrer coerção para tal fim. Onde há capital social, os indivíduos agem espontaneamente de acordo com o que for melhor para o bem comum da sociedade. Isso acontece na sua grande maioria em locais onde as relações interpessoais são horizontais, ou seja, não existem de forma exacerbada as relações de poder verticais, onde os que possuem mais dinheiro e/ou influência agem de forma manipuladora com os demais que não os possuem.

Capital social é um “bem” e como tal pode ser adquirido, acumulado e até mesmo perdido dependendo da sua utilização. A princípio, apesar de ser um bem, é intangível. No entanto ao passar dos anos é possível perceber sua forte influência em diversas comunidades e passa-se a tentar mensurá-lo de forma a criar teorias que possam explicar o seu real caráter e como ele age na sociedade.

Falando assim, o capital social parece ter vida própria, quando na verdade ele só existe no meio de associações humanas, como estratégia de sobrevivência e fortalecimento. Isto será visto mais à frente, ao analisarmos sua atuação em alguns momentos no decorrer da história.

O fator determinante para a escolha deste tema foi acreditar que para ocorrer um desenvolvimento social no Brasil temos que investir em iniciativas que valorizem os seres humanos, assim como as iniciativas de trabalho e desenvolvimento coletivos e a conservação do meio ambiente.

A importância desta pesquisa para a universidade está em discutir as novas formas de economia surgentes na cidade de Fortaleza e sua dinâmica. Para a sociedade, o benefício está ligado a tomar conhecimento de iniciativas coletivas de sucesso, talvez assim podendo multiplicar esta metodologia, contribuindo cada vez mais para a expansão destas ações.

Alguns trabalhos já surgiram no meio acadêmico discutindo a atuação de um banco comunitário específico, o Banco Palmas. Este o grande inspirador da metodologia, pioneiro no Brasil e responsável pela replicação da mesma. No entanto ainda não identifiquei nenhum trabalho que atribuísse a esta metodologia a geração de capital social.

Neste trabalho tenho como objetivo estudar a estrutura do banco comunitário Riosol, que atua há três anos no bairro da granja Portugal, replicando a metodologia difundida pelo banco Palmas, para geração de renda e reservas monetárias em comunidades de pequeno desenvolvimento econômico e social. Também pretendo analisar o perfil dos diferentes atores sociais que se beneficiam dos serviços de empréstimo do banco comunitário.

Verificando se a metodologia dos bancos comunitários pode gerar capital social na população envolvida em suas atividades de um modo geral, assim como a geração de um desenvolvimento local a médio e longo prazo.

A maior parte das informações presentes nesta monografia foram obtidas como resultado de um levantamento de dados qualitativos através da realização de entrevistas com caráter exploratório com algumas autoridades do banco comunitário Riosol, assim como com alguns moradores, instituições locais e cooperativas e associações, que já obtiveram empréstimo no mesmo. Estes passando um pouco da sua experiência, de como esse tipo de crédito podem gerar desenvolvimento local na comunidade em que existe.

Resumindo, o objetivo principal da pesquisa é verificar se existe alguma relação entre a metodologia utilizada na dinâmica de atividades do banco e a geração de capital social na comunidade.

A pesquisa foi realizada nos bancos comunitários Palmas e Riosol. No primeiro ocorreu um levantamento histórico da constituição desta metodologia, que é hoje considerada uma tecnologia social reconhecida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Além do acesso à bibliografia local elaborada pelos articuladores iniciais dessa metodologia e em caráter exploratório, no bairro da Granja Portugal, com entrevistas a várias pessoas, tanto que trabalhavam no banco comunitário Riosol como em instituições que foram atendidas por ele através de algum financiamento.

Dentre os entrevistados estão Cristiano Alves, coordenador do banco comunitário Riosol, duas assistentes de crédito e a presidente da Organização Granja Portugal Solidária. Estas entrevistas tiveram roteiro direcionado às ações diretas do banco, que são: empréstimos em moeda social e reais, a forma que este é realizado, qual o modelo mais específico para avaliação de crédito, em quanto tempo o devedor poderá pagar este e se caso ele não pague que tipo de penalidade poderá sofrer, entre outros assuntos inerentes ao cotidiano das ações do banco comunitário.

Durante as entrevistas, foram feitas anotações consideradas relevantes, caso houvesse algum imprevisto com o gravador, como, de fato, ocorreu. Devido a problemas com vírus, as entrevistas gravadas foram perdidas, porém os dados foram resgatados através das anotações.

O instrumento que foi utilizado como base para a coleta de dados é uma adaptação do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), ferramenta esta desenvolvida pelo banco mundial em 2003, na tentativa de oferecer um meio de gerar dados mais confiáveis sobre o capital social. Seus focos principais estão em coletar dados a respeito das relações de confiança e solidariedade, ações coletivas e cooperação, tráfego de informações e comunicação entre a comunidade, coesão e inclusão social, empoderamento dos indivíduos e suas ações políticas.

Este presente trabalho foi dividido em dois blocos principais. O primeiro aborda de forma geral o que são os bancos comunitários, tratando das questões objetivas de caracterização, também identifica o que são e de que modo atuam. Este primeiro bloco também é responsável por caracterizar de forma mais direta o que é capital social e qual a sua relevância nas ações dos bancos comunitários.

O segundo bloco trata de forma mais específica da atuação do banco comunitário Riosol. Para isso, contextualiza a comunidade historicamente e, com isso, podemos perceber algumas características inerentes à comunidade, além de ressaltar um pouco da recente história do bairro, dando destaque à visão dos entrevistados. No final é feita uma junção das linhas de pensamentos, sobre como é possível a geração de capital social a partir da atuação destes bancos. Dando também espaço para discutir os limites de atuação destes dentro das comunidades.

2. Bancos Comunitários

A estrutura social do sistema capitalista gera um desemprego estrutural. Submete grande parte da população a uma existência, muitas vezes, desprovida dos bens básicos de sobrevivência, em que o acesso a estes é muitas vezes tortuoso. Nas palavras de Agnes Heller, retiradas de uma citação feita no livro, *Necessidades Humanas* de Potyara Pereira:

“O capitalismo constitui a primeira sociedade que, mediante a força e estrutura social, condena classes inteiras da população a lutar quotidianamente pela satisfação das necessidades existenciais puras e simples, desde a acumulação primitiva até hoje”. (apud PEREIRA, 2007.:p.58)

É necessário a partir destes fatos compreender como esta sociedade, saturada de inovações tecnológicas e científicas, permite que tantas pessoas estejam numa situação de vulnerabilidade social e vivam a escassez de postos de trabalho ocupáveis. Sem emprego, milhares de pessoas dependem de ações governamentais para conseguir o mínimo para sua sobrevivência.

A criação dos bancos comunitários, como uma recente tecnologia social, trás a possibilidade de minimizar as características excludoras do capitalismo em comunidades com poucos recursos econômicos, além de melhorar o relacionamento dos moradores com o bairro.

2.1. Capital social

O capital de modo geral é algo amplamente discutido, principalmente por Marx, porém em contexto diferente. Existem vários tipos de capital, a definir: capital humano, inerente às qualidades e habilidades humanas; existe também apenas o capital (dinheiro) como é denominado no capitalismo entre outros. O capital social no entanto é um bem, como foi referido anteriormente na introdução, de características especiais, que trataremos de forma mais clara no decorrer deste capítulo.

Quando Tocqueville em 1835, no seu famoso livro *A Democracia na América*, analisa a sociedade americana, suas ações coletivas cotidianas e conclui que o fator determinante para o desenvolvimento dela era o fato dos americanos

estarem acostumados a reunir-se em associações para compartilhar assuntos do meio civil, religiosos, educacionais e, principalmente, político. Isto se torna o pontapé inicial para o início dos questionamentos do porquê isso acontecia.

O que existia de forma mais profunda, nessas relações em associações e envolvimento da maioria nos assuntos comuns com a prosperidade local? Como relacionar ações coletivas simples, do cotidiano, com o desenvolvimento local? Tocqueville aborda estas questões com o olhar bem amplo e refere-se, não diretamente, mas nos induz a crer na confiança na vida em comum naquela sociedade como o fator que a fazia progredir, apesar de nunca ter usado formalmente a palavra capital social, para definir estas características deste povo.

Assim o conceito de capital social passa a ser cada vez mais relevante a partir do momento que estudiosos passam a constatar o quanto as relações coletivas humanas realmente influenciam no desenvolvimento de sociedades. Já que segundo Augusto de Franco “o ser humano é um ser social, há em qualquer coletividade humana, uma tendência ou propensão básica para cooperar, interpretada como uma predisposição para gerar capital social” (FRANCO, 2001. p.21).

No século XX, os primeiros debates sobre o mesmo ocorreram, segundo Maria Celina D’araujo, em 1916 por Lyda Judson Hanifan um educador nascido na Virginia, Estados Unidos. Hanifan era supervisor estadual de escolas rurais em West Virginia. Usou o termo para caracterizar as relações de confiança e solidariedade que faltavam na comunidade a que pertencia, fazendo um paralelo desta com a pobreza local. Trabalhava este conceito aplicado às relações educacionais que direcionava nas escolas rurais que lecionava. (D’ARAUJO, 2003)

Segundo Putnam, Hanifan antecipou elementos importantíssimos para as análises posteriores sobre o capital social. Hanifan definia capital social mais detalhadamente como sendo: Uma “boa vontade”, companheirismo, solidariedade e convívio entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social. Sendo assim, considerava o indivíduo impotente, socialmente falando, quando está só. Por exemplo, quando existe uma necessidade social na comunidade, se apenas um quiser agir no problema dificilmente este se extinguirá, no entanto se os vizinhos

atentarem de que se está tratando do bem público que serve a todos e se juntarem, poderão satisfazer as necessidades locais de forma efetiva. (PUTNAM, 1993)

Já em 1950 foi a vez de um sociólogo canadense, John Seeley, utilizando o termo para refletir sobre como os moradores de algumas comunidades suburbanas que participavam de certos clubes e associações e isso facilitava o acesso a outros bens e direitos mesmo que simbólicos. Jane Jacobs na obra *The Death and life of Great American Cities* [A morte e a vida nas grandes cidades americanas], mostra a importância das redes informais nas grandes metrópoles dando ênfase a um tipo de capital social que encorajava a segurança pública. (D'ARAUJO, 2003)

Em 1970 o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light usaram a expressão quando analisaram problemas econômicos em áreas centrais das grandes cidades americanas. Por exemplo, o fato de em guetos negros serem quase inexistentes pequenos negócios, devido à falta de confiança, segundo os pesquisadores, fruto da escravidão.

Já em 1980 foi a vez de Pierre Bourdieu e James Coleman explorarem as ações coletivas das comunidades. O primeiro, segundo Maria Celina define “capital social como o grande agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.” (D'ARAUJO, 2003. p.25).

Maria Célia atribui a James Coleman o fato de trazer uma nova perspectiva dentro das ciências sócias para um tema relativamente novo, consolidando assim definitivamente, o tema nas discussões acadêmicas. Em um de seus textos a mesma afirma que Coleman

“examinava o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressão se nossas ações estão certas ou erradas. As normas prescrevem ações, comportamentos.” (D'ARAUJO, 2003. p25)

Na mesma época, o autor alemão Ekkehart Schlicht, que focava seus estudos na economia do trabalho e na distribuição de riqueza, ressalta a importância que a ordem social possui na economia. Capital social pode gerar mais capital humano, pois incentiva o desenvolvimento pessoal e profissional através de suas

relações com os outros indivíduos. Capital social, nesse aspecto, é visto como uma alavanca impulsionadora de desenvolvimento local.

Em 1996, Fukuyama lança seu livro Entitulado *Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Nele, trata dos aspectos essenciais para o bom desenvolvimento, tanto econômico quanto social dos países. Afirmado que a propriedade privada e o Estado de Direito são dois elementos sempre ressaltados quando se fala de prosperidade de um país, no entanto, ele trás á cena a importância do capital social para o desenvolvimento. Capital social é visto por Fukuyama principalmente como a capacidade de confiança entre os indivíduos. O autor atribui á cultura parte da responsabilidade na criação de capital social:

“Uma sociedade civil próspera depende dos hábitos, costumes e princípios éticos de sua gente – atributos que só podem ser moldados indiretamente mediante uma política deliberada e que precisam, outros sim, ser alimentados por meio de uma conscientização e respeitos crescentes pela cultura.” (FUKUYAMA, 1996, p..19)

Havendo destaque de valores como a honestidade, equidade, responsabilidade pessoal, valorização do trabalho e o respeito à lei, criam essa atmosfera de confiança e conseqüentemente gera a colaboração espontânea (voluntária).

Lembra também que esta confiança tem que ser externalizada para gerar este capital social, ou seja, as relações de confiança tem que transcender o meio familiar, passando a mediar as relações externas aos laços de sangue. Fukuyama cita como exemplos de sociedades onde o poder de confiança é grande, entre elas estão: Estados Unidos, Alemanha e o Japão. Já com nível de confiança fraco cita: França, Itália e a América Latina, já que estas são sociedades “familiares” onde a confiança fora dos laços de parentesco é mínima.

No âmbito da economia, Fukuyama acredita nas associações de livre mercado como virtuosas, pois nelas é exercitada a confiança em pessoas que não são familiares. O mesmo também crê que, em um país com baixo capital social, existe uma maior dificuldade em se organizar empresas complexas. Quando falta confiança os custos de se fazer negócios aumentam, assim perdendo inúmeras oportunidades. Além disso, nesse tipo de sociedade é muito difícil haver ações

empreendedoras por parte dos indivíduos, já que o risco aumenta, assim o empoderamento das pessoas é algo distante da maioria da população.

Para esta análise Fukuyama usa o exemplo dos Estados Unidos (assim como Alex de Tocqueville), onde ao mesmo tempo em que este é um país anti-estatal a população parece ser mais comunitária e colaborativa do que, por exemplo, os Franceses e os Italianos, aqueles costumam sempre se unir para resolver seus problemas em comunidade. Na maioria das vezes não esperam o Estado de forma passífica intervir.

Robert Putnam realizou uma pesquisa iniciada na década de 1970, na Itália, para compreender o modo como esta sociedade se adaptaria a nova realidade que estava passando, após ter sido repartida depois de uma reforma administrativa em vinte regiões com capacidade de autogoverno. Lembrando que estas possuíam características econômicas e sociais diversificadas, e que para tentar realizar uma certa equiparidade houve um investimento proporcional as necessidades de cada região. Este acompanhamento ocorreu durante vinte anos e para isso contou com a ajuda de mais dois pesquisadores, Robert Leonard (London School of Economics) e de Raffaella y Nanetti (Universidade de Illinois, Chicago).

Uma constatação importante que os mesmos encontraram nesta pesquisa, foi que não havia muita coincidência entre as regiões que receberam mais recursos e as que mais se desenvolveram. Assim todo o trabalho passa a tentar explicar o que havia ocorrido naquela sociedade para gerar este tipo de desdobramento.

Nesse momento Putnam defende que na Itália do Norte, o que existia era uma “comunidade cívica” caracterizada pela participação dos indivíduos no cotidiano local. Existia uma igualdade política, onde os cidadãos podiam agir de igual para igual em suas atividades, Somado a isso havia também solidariedade, confiança e tolerância. E o costume de reunir-se em associações das mais diversas possíveis, como: desportivas, recreativas, atividades culturais, científicas, técnicas, profissionais e etc. Tudo isso contribuía para o fortalecimento dos laços comunitários.

“ A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob forma de regras de

reciprocidade e sistemas de participação cívica" (PUTNAM, 1993, P.177)

E é a existência dessa comunidade cívica que Putnam atribui o sucesso do Norte em detrimento do Sul, este possuía características bem diversas das destacadas anteriormente como presentes no norte. O Sul era resquício de uma monarquia autocrática, baseada em uma administração burocrática, que favorecia um grande grau de desconfiança entre os indivíduos. Criando assim um círculo vicioso de não cooperação, ao contrario do Norte onde perdurou a virtude que se replicava e fortalecia mais no decorrer dos tempos.

Através do capital social existente em uma comunidade também é facilitada a cooperação espontânea, e a confiança mútua é o seu componente básico. Segundo Robert D. Putnam o capital social dentro de sistemas horizontais, favorece o desempenho do governo e da economia. Assim "quanto mais desenvolvidos forem estes sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo" (PUTNAM, 1993, p.183).

O que torna este elemento algo muito importante para a boa governança e para o desenvolvimento econômico, caracterizado pelo mesmo autor como mais importante do que o capital físico e humano, pois gera algo que o autor denomina como ciclo virtuoso da cooperação, ou seja, confiança gera mais confiança, cooperação gera mais cooperação.

Como exemplo de locais onde se exercem as relações horizontais, podemos citar as associações, cooperativas, clubes esportivos, partido de massa, grupos de qualquer tipo e toda e qualquer manifestação coletiva para pensar, planejar ou resolver qualquer situação.

Resumindo, capital social é quando um indivíduo pode em determinadas situações agir de maneira tal que não poderia se não estivesse naquele meio. Sua formação está ligada à cultura e história de determinadas sociedades. Em comunidades que experimentam mais a democracia, em seu sentido mais pleno, presente nas relações interpessoais. Democracia no sentido forte, como em Augusto de Franco em Alfabetização Democrática.

2.2. Como surgiu e no que consiste um banco comunitário.

Fortaleza a cerca de doze anos (desde janeiro de 1998) tem sido palco de uma inovação tecnológica social denominada de banco comunitário. Surgida em seu primeiro momento no Conjunto Palmeiras, um bairro da zona sul, com cerca de 30 mil habitantes e possuindo um dos menores índices de desenvolvimento humano - IDH - da cidade, além de características de pouco desenvolvimento econômico e social.

Ainda durante o período da ditadura militar, o processo de urbanização nas cidades se tornou cada vez mais intenso. Em Fortaleza foi feita uma realocação de famílias pobres, que viviam em áreas litorâneas para espaços sem estrutura, no intuito de tornar os espaços nobres da cidade, grande foco da especulação imobiliária, livre destes indesejáveis moradores. Foi assim que com a retirada destas famílias se formou o conjunto Palmeiras, que de palmeiras não tinha nada, havia apenas resquícios das carnaúbas que foram cortadas liberando o terreno para a construção das casas em regime de mutirão, onde a população recebeu apenas parte do material necessário para a construção de seus domicílios.

A organização dos moradores do bairro foi essencial para garantir a luta em prol de melhorias no mesmo. Assim, a história do bairro foi sempre marcada pela luta conjunta dos moradores por melhorias. Neste bairro lutou-se pela água, esgoto, escola, saúde e tudo mais, já que quando foram encaminhados para este novo espaço o mesmo não possuía nenhuma estrutura para moradias, não dispunha também de nenhum serviço público.

O idealizador do Banco Palmas é Joaquim Medeiros, hoje um pedagogo que espalha a metodologia do banco pelo país e pelo mundo. Naquele momento, através de reflexões com a comunidade, percebeu que o bairro era pobre não por falta de dinheiro, mas sim porque suas reservas monetárias sempre eram remetidas para o centro da cidade e assim não geravam riqueza e desenvolvimento no bairro. Foi aí que surgiu a ideia do banco como um meio de concentrar a riqueza no bairro e multiplicá-la.

Hoje, esta tecnologia se espalhou devido ao trabalho da comunidade e de órgãos competentes, tanto governamentais como não governamentais, está presente em trinta e oito municípios brasileiros e na Venezuela. De forma geral bancos comunitários:

“...são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos¹, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores...”. (Neto e Magalhães, 2009, p. 12)

Em outras palavras, banco comunitário é uma forma de geração de microcrédito alternativo, tanto para produtores quanto para consumidores, sendo assim um instrumento de incentivo ao consumo local, gerando também formas alternativas de comercialização, como feiras e lojas solidárias, promovendo assim a geração de emprego e renda nas localidades onde são implementados.

Tudo isto como é dito por Neto e Magalhães, seguindo os princípios da economia solidária, estes formalizados através da carta de princípios da economia solidária², que pode ser acessada na página do fórum brasileiro de economia solidária. Entre as diretrizes deste destacam-se as ações da autogestão na organização interna destes tipos de empreendimentos, valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos com eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

¹ Empreendimentos sócio-produtivos são aqueles onde o homem está no centro de valorização da atividade, o que importa não é o valor final do produto, mas sim o modo de produção, a sustentabilidade e a não exploração da mão-de-obra do indivíduo.

² http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60

Economia solidária é de forma mais específica estudada por Paul Singer, em seu livro introdução à economia solidária onde inicialmente fala da naturalização do capitalismo em nossa sociedade, pois já vivemos há tanto tempo com ele que tendemos a caracterizá-lo como normal. Singer destrincha as relações do capital nos lembrando que:

“Na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho” (SINGER, 2002, P. 11)

Em outras palavras isso significa que o trabalhador está à mercê de um superior (patrão), do mercado e também da qualificação dos outros trabalhadores.

Nas empresas solidárias isto não acontece, pois estas tentam equiparar todos os trabalhadores no mesmo nível, só havendo distorções de salários quando é decidido por todos através de assembleias gerais, por exemplo, no caso de profissões que exigem um maior investimento intelectual e se não houver essa diferenciação, os profissionais dessas áreas podem facilmente se sentirem tentados pelos benefícios individuais de uma empresa privada.

“Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas” (SINGER, 2002, P. 12)

O cooperativismo de consumo é um dos mais antigos. O caso mais importante para Singer é o de Rochdale, importante centro têxtil da Inglaterra, em 1844. Era formada por 28 operários dos mais diversos ofícios e seu objetivo era formar uma colônia autossuficiente. Neste momento, segundo Singer, é que algumas das principais características das cooperativas são ratificadas. Dentre elas estão as decisões tomadas serem equitativa, onde cada indivíduo tem direito a um voto. A cooperativa era um local aberto onde, para entrar era apenas necessário vontade de participar, os excedentes eram divididos proporcionalmente entre os membros e os produtos vendidos pela cooperativa eram sempre produtos não adulterados, ou seja, mantinham a ética na produção, e talvez uma das mais importantes características era, que ela se manteria neutra a questões religiosas e/ou políticas.

Hoje esses valores parecem óbvios e essenciais, inerentes às cooperativas. No entanto, na época foi um grande avanço, pois eram ações que colocavam o indivíduo acima do capital. Após este primeiro estágio, surgem as cooperativas agora sim de produção, onde, no primeiro momento, trabalhadores que estavam em empresas prestes a ruir e que não podiam perder seus empregos decidem assumir a fábrica dando continuidade ao seu trabalho e fazendo-a crescer novamente, agora nas mãos dos operários.

O terceiro passo é dado com a criação do cooperativismo de crédito, que surge segundo Singer, alguns anos após as de consumo experiência também esta vivida na cooperativa de Rochdale que faziam pequenos depósitos para seus membros.

“... aceitava depósitos a uma taxa fixa de juros. Desta forma ela oferecia aos trabalhadores um importante serviço financeiro que os bancos prestam às classes, alta e média: o de guarda e aplicação de valores. Mas ela não oferecia o outro serviço complementar, o de fornecer empréstimos. Nesse sentido, as cooperativas de consumo também eram de crédito, mas pela metade.” (SINGER, 2002, p. 59)

Em 1866 é criado o Banco do povo de Schulze – Delitzsch. E com ele percebe-se uma característica diferente aos outros dois tipos de cooperativismos anteriores. Pois este tipo de cooperativismo não foi algo de iniciativa dos indivíduos que estavam em situação desfavorável, mas sim surge como uma ação de auxílio externo.

“O cooperativismo de crédito foi iniciativa não dos próprios interessados, como o de consumo e o de produção, mas de figuras políticas que tentaram inicialmente ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas.” (SINGER, 2002, p. 66)

O quadro muda logo após a segunda guerra mundial, quando o cooperativismo de crédito sofre grande abalo para se readaptar à nova realidade, em meio a uma grande centralização de capital e a formação de oligopólios financeiros por todo o mundo, momento este, também, em que as diferenças entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos se torna ainda maior. E é em meio a toda essa estrutura que surge o Grameen Bank (Banco da aldeia), surgido em Bangladesh, ação esta caracterizada por Singer como uma volta às raízes do

cooperativismo de crédito que por hora havia ficado um pouco opaco. Este, sendo iniciativa de professores e estudantes de economia da universidade de Chicago, tendo o direcionamento de Muhammad Yunus.

Através das palavras do próprio Yunus, é revelado que as impressões impulsionadoras desta iniciativa, de criação do banco do povo, se deram inicialmente quando na grande fome de 1974, observou-se que a falta de comida das classes menos favorecidas, não era decorrente da pouca produção de comida, mas sim porque os pobres não possuíam recursos para adquirir a mesma. Yunus redige então um documento no intuito de alertar toda a comunidade acadêmica dessa realidade, chamando-os a lutar contra a fome. O movimento teve repercussão e impacto em várias outras universidades e também no meio público.

“Desta experiência Yunus concluiu que a teoria econômica convencional, que atribuiu aos mercados a capacidade de otimizar a utilização dos fatores e satisfazer da melhor forma possível todos os agentes econômicos era totalmente irrelevante para entender e combater a pobreza.” (SINGER, 2002, p. 76).

A mão invisível não chega até os bolsões de pobreza. Sendo assim um importante passo nesse início de trabalho, foi identificar onde realmente estavam estes grupos sem acesso aos meios básicos de sobrevivência. Identificou-se que estes em sua grande maioria eram mulheres, viúvas, abandonadas ou divorciadas, quase sempre com filhos.

Faziam trabalhos autônomos, grande parte como artesãs ou agricultoras, para obter as matérias primas de seus trabalhos, quase sempre, recorriam aos agiotas. Isto acontecia porque as mesmas não tinham como obter empréstimos através dos meios regulares em bancos comuns. No entanto a grande descoberta que estes jovens pesquisadores fizeram e que causou toda a diferença, é que o valor necessário a estes pequenos produtores era irrisório.

E assim começa a história do banco, quando o professor Yunus faz o primeiro empréstimo tirando do seu próprio dinheiro, entregando a uma jovem mulher para que ela pudesse investir em seu meio de produção.

“... os membros são quase todos mulheres paupérrimas e analfabetas, que o recato imposto pela religião mantinha em reclusão,

não há dúvida de que a experiência de pertencer ao Grameen é profundamente emancipatória.” (SINGER, 2002, p. 80)

Uma característica muito importante do Grameen a princípio é o fato deles procurarem os seus possíveis clientes, através de seus agentes de crédito que eram em sua maioria pessoas que já obtiveram algum benefício do banco, passando então a divulgar o trabalho destes ampliando o impacto na sociedade.

“Em suma, o banco da Aldeia é o antibanco, faz tudo o que os bancos convencionais fazem... porém ao contrário. Estes se preocupam com a capacidade de reembolso do prestatário. O banco da aldeia se preocupa com que seus clientes sejam realmente pobres. Os bancos convencionais, tem a responsabilidade ante os acionistas de maximizar o lucro sobre o capital próprio. O banco da aldeia tem como acionistas seus depositantes e mutuários.” (SINGER, 2002, p. 81)

Existem vários motivos que podem fazer este público alvo, carente desse impulso não o procurar. A principal delas é o próprio desconhecimento da existência desse tipo de serviço e outro é a baixa autoestima. Acostumados com sistemas de crédito tradicionais, que os privam, transferem esse tipo de sentimento imediatamente a outras situações similares. Fatores estes que coincidem também nas duas localidades estudadas neste trabalho.

“O Grameen não espera que os clientes venham às suas agências. Ele envia empregados seus – agentes de crédito – para convencer os pobres a entrar no banco e para monitorar os grupos de aval solidário.” (SINGER, 2002, p.81).

Yunus chega então à conclusão de que esse tipo de empreendimento solidário na verdade funciona como uma cooperativa de crédito gigante. Em números, no caso do banco do povo atinge em média.

“...2 milhões e 100 mil membros que vivem em 36 mil aldeia se dos quais 94% são mulheres. Seus empréstimos são em média 150 dólares, o que foi suficiente para que, em dez anos, a metade dos membros se elevasse acima do umbral da pobreza e mais um quarto deles esteja em via de fazê-lo” (YUNUS, 1997, p. 46).

Esta iniciativa que inspirou e inspira a implantação de tecnologias sociais similares em muitos países. Segundo site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma alternativa importante na geração de desenvolvimento local.

Existem outras ações complementares à atividade destes bancos, que surgem como desdobramentos do trabalho do mesmo. Clubes de troca, pequenas cooperativas de produção etc. Aumentam a capacidade destes indivíduos superarem a linha da pobreza em que se encontram.

“A grande aspiração que desde os seus primórdios, sempre animou a economia solidária tem sido superar as tensões e angústias que é a competição de todos contra todos” (SINGER, 2002, p. 115).

Já no Brasil segundo Singer, o cooperativismo chegou no começo do séc. XX, foi trazido por imigrantes da Europa. Se caracterizava de modo geral por cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. Nas décadas de 1980 e 1990, quando o país passa pelas crises sociais e existe a perda de muitos postos de trabalho o que gerou desemprego em massa, aumentando a exclusão social, a economia solidária revive.

Inúmeras empresas falidas são assumidas por seus ex-empregados, com o caráter autogestionário, formando cooperativas ou associações produtivas. Esse período caracteriza um exercício de amadurecimento da economia solidária e seus desdobramentos.

O ponto de partida para a criação de um banco comunitário, segundo Joaquim de Melo Neto, fundador e coordenador do Banco Palmas, surge através da percepção dos membros das associações de bairro terem a visão de que a pobreza não está presente naquela localidade necessariamente por falta de dinheiro, mas sim, porque suas reservas monetárias escoam para os grandes centros devido à falta de condições dos comércios locais existentes no bairro.

Geralmente nestes pequenos empreendimentos existem poucos artigos necessários à manutenção diária das famílias de um modo geral, e o que existe ainda é por muitas vezes mais caro do que, por exemplo, o centro da cidade. Então,

o banco é projetado como um meio de fazer o dinheiro da comunidade circular dentro da própria comunidade, incentivando a produção e o consumo locais.

Além do que já foi destacado acima, outro fator de extrema importância é que no meio desses bolsões de pobreza os empreendimentos locais existentes possuem muita dificuldade de evoluir, pois recebem uma atuação quase nula de financiamentos públicos, mesmo quando as ações na comunidade possam estar ligadas ao desenvolvimento e a geração de renda de forma sustentável. Apesar de recentes programas de bancarização do Governo Federal (Como o cred amigo e pequenos créditos para grupos), tais iniciativas têm sido muito fracas.

Além do que todos esses programas mesmo quando dedicados a camada popular exigem do requisitante de crédito o “nome limpo” nas instituições de proteção ao crédito, algo muito difícil já que estamos falando de pessoas que provavelmente não teriam fiador e muito menos patrimônio para usar como garantia.

De forma mais detalhada, os implementadores do projeto falam em suas palestras e publicações, da existência em todas as comunidades, de quatro graus na escala de desenvolvimento social, são elas:

- a) Fase de assistência – Onde as famílias vivem basicamente de ajuda governamental, através dos inúmeros programas de distribuição de renda. É o grau onde estão as famílias mais pobres, em sua maioria desempregados, com baixíssimo nível escolar e pouca capacitação profissional. É a faixa onde encontra-se a maior parte da população dos bairros da periferia de Fortaleza.
- b) Fase de subsistência – Vivem de pequenos serviços (bicos), de subempregos ou são assalariados. Encontram-se também nessa faixa, pequenos produtores (geralmente artesanato e confecção), que têm pouca estabilidade no negócio e mal conseguem tirar o pró-labore de suas atividades, ou seja, o seu apurado mensal é muito variável e muitas vezes não supre as necessidades de manutenção de uma família.

- c) Fase de sustentabilidade – É a fase onde os empreendimentos já possuem certa estabilidade, chegando a nível de equilíbrio, seus proprietários possuem um certo controle da rotina e têm acesso a alguma credibilidade no mercado, podendo realizar empréstimos e compras a prazo para investir na sua atividade.

- d) Produção em escala – É quando o empreendimento passa a ter reservas de capital de giro, máquinas e equipamentos industriais além de crédito junto ao mercado financeiro, participa de organizações e entidades de classe que lutam junto ao governo na defesa de seus interesses políticos e econômicos.

Resumindo, a fase de assistência é quando o indivíduo está completamente dependente de ações externas, como auxílios do governo e ações assistencialistas da igreja e até de outras comunidades, para que possam continuar sua existência. Na fase de subsistência existe certo empoderamento social, no entanto este ainda não é bem utilizado pelo cidadão de forma ótima, nesse grau uma forte presença empreendedora é identificada, fazendo com que exista uma dependência bem menor de auxílio externo, no entanto, ainda precisam de crédito subsidiado para sobreviver.

“O crédito de investimento é fundamental para estruturar um empreendimento e montar um capital de giro inicial. O microcrédito para custear as atividades também é necessário.” (Neto e Magalhães, 2005).

É exatamente na fase de subsistência onde os bancos comunitários, tem seu maior foco de atuação: investimento em pequenos produtores para gerar independência financeira. Já os que vivem na fase de sustentabilidade tem algum poder de crédito. No entanto, os meios mais formais de atuação, como bancos particulares e financeiras, oferecem juros muito altos, algo que fica insustentável para a maioria dos pequenos negócios na periferia, e este segmento também é alvo das ações dos bancos comunitários.

“Nesse estágio, a dependência externa é menor, mas ainda há necessidade de crédito para manter ou expandir o negócio. Neste

degrau o empreendimento pode caminhar com suas próprias pernas”
(Neto e Magalhães, 2005).

Os que estão na fase de produzir em escala fazem parte de uma minoria, a ação neste caso é de incentivo a empregar pessoas da própria comunidade em seu negócio. Nessa fase, os empreendedores já estão empoderados e têm a capacidade de gerir seus negócios de forma sustentável e visando o desenvolvimento local de cada um dos indivíduos. A necessidade de crédito então se torna baseada na própria expansão do negócio e os produtos estão em seus empreendimentos estabilizados. Sendo assim, a metodologia dos bancos comunitários pretende elevar o nível econômico e social dos empreendedores destes bairros populares em que se encontram.

“Os bancos comunitários... Ajudam a organizar as famílias que estão na fase de assistência para criarem pequenos empreendimentos produtivos, financiam os empreendimentos que estão na fase de subsistência, organizam feiras de produtores locais e dedicam “horas e horas” em processos de capacitação dos produtores/moradores, formando redes locais de economia solidária. Em alguns casos, inovam em tecnologias, como as moedas sociais circulantes, os cartões de crédito popular, estimulam clubes de troca, enfim, procuram viabilizar a geração de renda, em relações de extrema exclusão social e econômica.” (Neto e Magalhães, 2005, p.20)

A partir disso a associação de moradores procura o Instituto Palmas que presta todas as consultorias e capacitações necessárias para a implementação de um banco comunitário na comunidade, fazendo também o acompanhamento de sua evolução durante algum tempo, até que a própria comunidade possa sozinha direcionar suas ações.

2.3. Gestão dos bancos comunitários.

Como uma de suas principais características, e talvez a mais importante, temos a espontaneidade na criação dos Bancos Comunitários, pois é a própria comunidade

através de suas instituições locais, que além de decidir abri-lo também o administra. Os Bancos Comunitários são instituições que possuem um gerente escolhido através de edital de seleção, lançado pela associação, os assistentes de crédito também passam pelo mesmo processo de seleção. O processo seletivo é impessoal, não havendo espaço para indicações a concorrência dos cargos.

Aspectos acadêmicos não são os únicos itens analisados, muito menos o mais importante nessa seleção. É necessário ter concluído o ensino médio e possuir características como: O vínculo do candidato com o bairro, afinidades com atividades ligadas à comunidade, facilidade de lidar com pessoas e mediar situações de embate. Até porque existe toda uma preparação destes novos funcionários, onde eles aprenderam todo o funcionamento, filosofia e direcionamentos principais.

O gerente do banco torna-se responsável por administrar todas as atividades do mesmo e também acompanhar de perto o trabalho dos agentes de crédito, sempre estando pronto para as situações imprevistas que aparecem no cotidiano.

Os bancos comunitários seguem as diretrizes que são repassadas pelo banco Palmas (origem da metodologia), mas também têm autonomia para agir da forma que mais convier para otimizar os recursos, tanto humanos quanto financeiros da forma mais sustentável em sua comunidade.

Assim as ações de cada unidade dos bancos comunitários, tanto aqui em Fortaleza como em todo o estado do Ceará e no Brasil, aprendem a essência de como a metodologia de empreendimentos sociais pode gerar desenvolvimento local, mas após isso têm toda a liberdade de agirem conforme a sua realidade.

O Banco Palmas, a partir desse momento, torna-se um consultor, financiado por ONG's de fomento internacional atuantes no Conjunto Palmeiras, que é acionado cada vez que surgem situações novas que estejam fora do padrão da instituição, como também para auxiliar através de estratégias de crescimento das atividades dentro das comunidades onde atuam.

Os bancos comunitários atuam em total integração com as outras ações de desenvolvimento local existentes dentro do bairro. As associações de moradores, grupos religiosos e ações independentes de integração dos moradores, vivem em simbiose. É dentro dessas ações que existe a divulgação do trabalho dos Bancos

Comunitários e também é onde são fortalecidos os laços de confiança do banco com os moradores.

2.4. Papel dos bancos comunitários

Existem alguns equívocos no que diz respeito à maioria dos processos de inclusão social em territórios de baixa renda. As esferas governamentais veem a situação local através da óptica do “senso comum”, onde para os mais pobres só é possível uma ação de inclusão social através de políticas compensatórias de distribuição de renda, ou quando muito existe o investimento em projetos alternativos de geração de renda complementar. Não existe um real compromisso de tornar os indivíduos realmente autossuficientes.

Assim a maioria dessas estratégias tem dificuldade em ajudar as famílias que estão tanto na fase de assistência, quanto na de subsistência, a conseguirem se empoderar e tomarem as rédeas de suas próprias vidas. Essas famílias na verdade precisam experimentar algo mais intenso e acima de tudo serem assistidas por alguém ou algum órgão, para que possam realmente obter êxito.

Poderíamos citar ações como: crédito subsidiado, mapa de produção e do consumo local, plano local de investimento estratégico, moedas circulantes locais microcrédito, feiras, lojas e outras formas alternativas de consumo e o comércio solidário. Estas ações estimulam a demanda de consumo local e trabalham planos articulados de projetos de desenvolvimento para a região.

Isto não é apenas um erro do governo, muitas vezes os mesmos erros são cometidos também pelo terceiro setor. É comum estas instituições chegarem, por exemplo, nas áreas de extrema pobreza e planejar ações que farão esses moradores locais, em pouco tempo, já estarem produzindo na fase de sustentabilidade. Esquecendo de identificar se os mesmos têm habilidades ou empatia para o tipo de trabalho proposto, além de receber pouca orientação. É por isso que muitos sofrem problemas na gestão dos empreendimentos e se desmotivam, abandonando as ações do grupo, porque não conseguem acompanhar

os desdobramentos e lógica das ações. A melhor explicação que pode ser dada, para este fato ocorrer é que:

“... se o território é formado por famílias que estão desorganizadas e não possuem condições econômicas necessárias para um empreendimento estável (tecnologia, capacitação profissional, capital de giro, capacidade de gestão de uma empresarial e outros), muito difícil elas vão poder iniciar um empreendimento econômico que exige essas habilidades”. (Neto e Magalhães, 2005, p 36)

Através de uma análise da prática social destas comunidades percebe-se que as mesmas são formadas por empreendimentos que vivem processos de formação na fase de assistência (são informais, precisam de crédito subsidiado e de assessoria cotidiana). Atravessam um processo de crescimento lento e ao mesmo tempo só poderão chegar à fase de subsistência depois de passar pela de sustentabilidade.

Segundo Joaquim Neto é importante entender essas fases. As mesmas realmente devem ser encaradas como “degraus”, onde à medida que os empreendedores caminham, ganham mais experiência, empoderamento e aperfeiçoam práticas de gestão solidária. Vão se conhecendo, recuperando a autoestima, adquirem experiência profissional, resgatam os valores e a solidariedade, readaptam-se às lógicas do mercado, adquirem visão empreendedora e assim por diante.

Como exemplo é citado por Joaquim Neto quando alguma instituição quer organizar uma cooperativa de costureiras, como primeira ação para tentar gerar renda em um local onde as mulheres estão desorganizadas e vivem sem motivação, pode ser algo arriscado, pois as mesmas ainda não estão sensibilizadas e não sabem direito como aquelas ações podem impactar em suas vidas. Assim como também existe um pouco de inibição por não saber se portar dentro daquela nova situação. Ficam em posição apenas de receptoras e ainda não entendem, o quanto elas podem ser pessoas que decidem seu próprio destino.

Uma ação interessante para evitar certos tipos de tragédias nesses casos, seria em primeiro lugar organizá-las em um pequeno grupo de produção de maneira informal e paralelo a isso ir capacitando-as, aos poucos ir estruturando a cooperativa, ou seja, a cooperativa será apenas um processo espontâneo de um trabalho de integração e alinhamento de objetivos destas mulheres.

Outro equívoco existente também na hora de tratar esses problemas sociais é que muitas vezes se espera o projeto todo montadinho, perfeito para “vestir” certa comunidade, ou seja, todos os planejamentos e processos são feitos fora da comunidade a partir de um olhar distante daquela realidade e só após estar completamente fechado são levados para serem aplicados. Isso causa grandes problemas nas camadas mais pobres.

Eles querem logo começar a fazer algo, não ficar esperando um planejamento estratégico ou coisa do gênero estar finalizado para poderem trabalhar, afinal de contas isso é para eles uma questão de melhoria de vida. Muitas vezes inclusive é a única atividade remunerada que possuem naquele momento, o que torna a vontade mais urgente ainda. É melhor fazer os ajustes à medida que o empreendimento está funcionando do que esperar o mesmo estar com tudo pronto para começar, principalmente, porque a espera leva na maioria das vezes a desmobilização do grupo.

No que diz respeito à metodologia dos bancos comunitários, segundo Joaquim Neto, levam três meses para ser implantados. Ele revela também que muitas pessoas duvidam da eficácia metodológica dos bancos comunitários, argumentando que este é um tempo muito curto, praticamente impossível de se aplicar, pois não permite que se organize a comunidade, implante os instrumentos necessários de crédito, capacite os analistas, mobilize os produtores e comerciantes locais, organize os recursos e outros inúmeros fatores descritos como empecilho.

Em parte Joaquim Neto concorda, afirmando que realmente é muito difícil imaginar que alguma comunidade muito pobre e que nunca trabalhou com fundos de crédito, em tão pouco tempo possa estar preparada para começar um banco comunitário com toda a sua complexidade.

Mas ao mesmo tempo contra-argumenta afirmando que é preferível começar um banco comunitário em três meses e passar mais três meses realizando diversos ajustes, do que esperar seis para iniciar as ações e assim perder pessoas que estejam realmente interessadas em fazer parte dessa ação, pois, quando o banco está em funcionamento, à comunidade fica mobilizada, participa das reuniões, submete-se às capacitações etc. Se fosse o contrário, só haveria desmotivação e falta de credibilidade. Assim, a conclusão final deste visionário da metodologia dos bancos comunitários é que:

“dentre as experiências no âmbito do mundo financeiro que conhecemos, somente os bancos comunitários possuem agilidade necessária, braço longo o suficiente para chegar aos mais pobres. Só os bancos comunitários têm a liberdade de agir sem burocracia, com taxas de juros e análises cadastrais suportáveis aos mais pobres. São os bancos comunitários que têm a coragem suficiente para correr os riscos de investir nos pobres e a ousadia para construir as redes de economia solidária, que operam com moedas alternativas e mecanismos de solidariedade, que desafiam a competição capitalista. São os bancos comunitários que hoje, no Brasil, abrem as portas para um programa de desenvolvimento e que chegam aos grandes bolsões de pobreza com propostas concretas de geração de renda e de construção da cidadania”. (Neto e Magalhães, 2005, p. 37)

2.5. Crédito social.

O Banco Comunitário funciona sempre com duas linhas de crédito, uma em reais e outra em moeda social, já que sua atuação está ligada a comunidades com pouco ou nenhum acesso financeiro, com alto grau de exclusão social e desigualdade.

Quadro 1 – Resumo dos Tipos de Crédito Oferecidos pelos Bancos Comunitários.

| Linha de financiamento em circulante local | Quem pode acessar | Valor Máximo em moeda social | Prazo de pagamento | Taxa de administração |
|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|
| Crédito produtivo | Qualquer morador do bairro que tenha uma proposta produtiva viável | 1.000,00 | 6 meses | 1% do total emprestado |
| Crédito Consignado ³ | Qualquer trabalhador de instituições/empresas cadastradas | 300,00 | 30 dias | 1% do total emprestado |
| Crédito direto ao consumidor | Qualquer morador do bairro | 300,00 | 60 dias | 1% do total emprestado |
| Crédito para pagamento de contas de água e luz ⁴ | Qualquer morador do bairro | 60,00 | 30 dias | - |

Nota: Compilação de dados obtidos através de entrevista com agente de crédito local do conjunto Palmeiras.

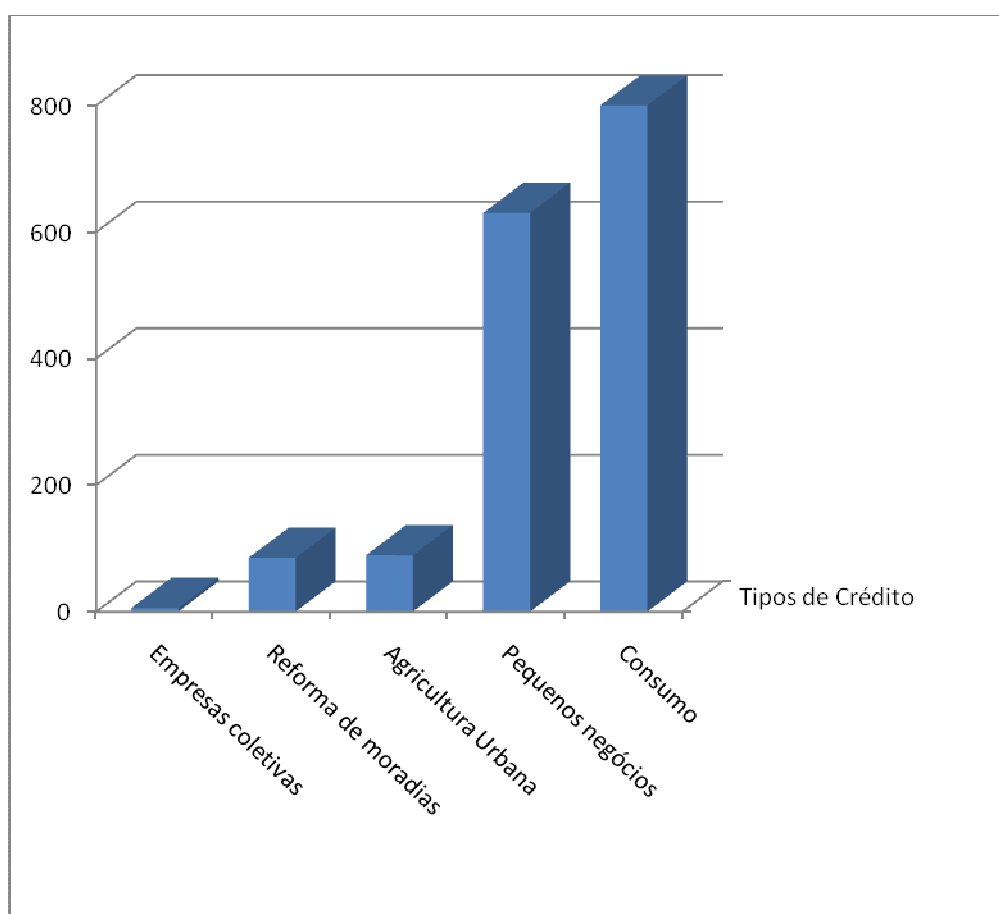
Como pode ser observado na tabela acima existem diversos tipos de crédito que podem ser obtidos nos bancos comunitários. Sendo a maior frequência deles ligada ao consumo, caracterizado pelas solicitações ligadas à necessidade dos moradores de obterem bens de consumo e/ou alimentação e pagamento de dívidas no comércio, que tenham sido adquiridas anteriormente.

³ Este crédito é direcionado para trabalhadores de empresas, creches, centro de nutrição, associações de moradores, igrejas e outras organizações sociais do bairro que têm trabalhadores remunerados. O crédito é solicitado pelo trabalhador que recebe a autorização do presidente/colaborador da instituição. Ao final do mês o crédito é descontado, pela instituição diretamente da remuneração do trabalhador e repassado para o banco comunitário (é uma espécie de crédito consignado). O mesmo procedimento pode ser utilizado para alguns funcionários de empresas cadastradas no banco comunitário.

⁴ Existe um projeto que está sendo negociado entre os bancos comunitários, que fazem parte da rede de bancos comunitários nacional, e as empresas de serviços básicos, para que as contas pagas em dia pelos moradores dessas comunidades em moeda social tenham o desconto de 20%. Sendo esse dinheiro destinado aos projetos desenvolvidos pelos bancos comunitários da localidade existente. (Neto e Magalhães, 2005)

Isso foi demonstrado por estudos dos disseminadores da metodologia dos bancos comunitários, publicados em um dos relatórios de desenvolvimento. Podendo ser observado no gráfico abaixo com maiores detalhes.

Gráfico 1 – Tipos de crédito mais solicitados.



Nota: (MAGALHÃES e NETO, 2002)

A proposta inicial dos bancos comunitários é sempre emprestar dinheiro, sem juros (em moeda social em com o pagamento em até trinta dias) e com juros baixíssimos e proporcionais à renda do morador em Reais, não sendo necessário consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC ou ao SERASA. Quem dá as indicações se o requisitante do empréstimo é uma pessoa de confiança ou não é a própria comunidade, mais especificamente os vizinhos.

Por exemplo, um morador precisa de dinheiro para adquirir matéria prima para realizar seu artesanato, este cidadão vai até o banco e faz seu pedido, em seguida uma avalista de crédito visitará alguns de seus vizinhos para coletar

referências pessoais e, então, é liberado o crédito. Lembrando que em moeda social com até trinta dias para pagar, não tem juros.

Além dessa avaliação de confiança, que por vezes pode parecer um pouco superficial, por contar apenas com o contato entre os vizinhos. Existe também uma análise da necessidade daquele empréstimo. Isso mesmo, uma consultoria que avalia para o que este dinheiro está sendo solicitado, que tipo de empreendimento essa pessoa possui, quanto de dinheiro será realmente necessário para que o mesmo tenha condições de evoluir a partir desta ação.

Existe para isso um acompanhamento realizado em períodos de tempo indeterminados, dependendo da necessidade percebida pelos avaliadores de crédito, do nível de habilidade para lidar com o dinheiro de cada devedor e etc. Além disso, os empréstimos são proporcionais ao número de pedidos. Na primeira solicitação o valor concedido sempre é baixo e vai evoluindo à medida que o morador vai pagando de forma correta e gerando confiança dentro da instituição. Esse modo de agir do banco comunitário é o que garante a baixa inadimplência de seus credores, já que a relação banco credor é muito estreita.

No entanto isso não significa que todos os empréstimos seguem um padrão perfeito, passando por todos os processos sem sofrer interferência (quebra) em alguns deles. No entanto quando acontece algum imprevisto, que faz com que exista a dificuldade de realizar o pagamento, tenta-se de todas as maneiras contornar essa situação. É dada uma assistência a estas pessoas que ficam inadimplentes com o banco, isso pode ser feito de diversas formas: pode ocorrer o parcelamento da dívida, aumento de prazo, consultoria mais efetiva voltada para resultado em vendas, entre outras ações, para que o mesmo possa pagar o empréstimo e assim em um futuro ter acesso a outros, caso necessário.

Este tipo de empreendimento torna-se importante porque ao contrário das instituições financeiras comuns que só visam o lucro, iniciativas como esta visam o desenvolvimento do potencial humano e de suas ações de empoderamento pessoal para gerar qualidade de vida nas mais diversas comunidades.

Em meados do ano 2000, o Banco Palmas resolveu iniciar um clube de trocas no bairro, isso com base nas ações que estavam sendo desenvolvidas em

vários outros estados naquele momento e seguindo seus moldes. Uma vez por semana, aproximadamente, os prossumidores, como são chamadas as pessoas que participam dos clubes de trocas, compreendendo o significado de que cada participante é ao mesmo tempo produtor e consumidor, daquele bairro se reuniam e convertiam seus produtos e serviços em uma moeda social inicial que eles chamavam de palmares, a partir disso trocavam seus produtos e serviços de acordo com as necessidades de cada prossumidor e as possibilidades de ofertas naquele dia.

No entanto percebeu-se que este sistema gerava basicamente dois problemas centrais e bastante interligados que eram:

- a) As famílias vinham ao clube com a expectativa de trocar o que tinham por alimentos. E como ninguém no clube produzia alimentos, esse artigo nunca estava disponível para troca. As famílias então se sentiam insatisfeitas e desestimuladas a continuarem participando do clube.
- b) A maioria dos produtos trazidos para o clube eram repetidos, ou seja, existia uma acúmulo de artesanatos variados e confecção principalmente.

Além disso, a quantidade de produtos oferecidos era pequena, o que era perfeitamente compreensível, pois se tratava de um clube cujos participantes eram pessoas com poucos recursos financeiros, geralmente desempregados, que viviam de bicos ou assalariados. Assim a troca nesses clubes era bastante ineficiente, já que a maioria dos produtos era semelhante.

Apesar desse sistema ser uma ferramenta de reforço à organização comunitária, através do espaço de lazer e solidariedade que proporcionava, e que por muitas vezes até chegar a resolver alguns problemas emergências dos indivíduos, tratava-se de um modelo que estava longe de melhorar as condições de vida daquelas famílias que estavam envolvidas no clube de trocas.

Segundo Asier Ansorena, coordenador da área de relações externas do banco comunitário Palmas, quando se faz uma análise atual, a explicação para estes cenários que aconteceram até parecem óbvias, no entanto, naquele momento eram difíceis de ser enxergadas pela população e gestores das ações do clube de troca. Foi então que percebeu-se que se todas aquelas pessoas estavam dentro de um bolsão de pobreza, a simples troca de produto e serviços entre os próprios pobres não seria capaz de atrair novos recursos necessários para fazer a comunidade crescer e se desenvolver.

Era preciso pensar em alguma estratégia que investisse no crescimento dos pequenos empreendimentos, que estavam dentro do clube de troca, para que estes no decorrer do tempo pudessem ir gerando mais riqueza dentro da comunidade. A partir desse pensamento, em que identificou-se que o clube de trocas sozinho não podia satisfazer a necessidade daquela comunidade, resolveram aperfeiçoar a estratégia, de modo que não apenas uma vez por semana, nem só no espaço da associação, mas sim em todo o bairro fosse possível realizar estas trocas. Para que isto ocorresse era necessário ter um intermediador maior. É nesse momento que a moeda social se consolida, permeando grande parte dos estabelecimentos comerciais, ampliando as possibilidades de trocas.

“Os produtores, os comerciantes, os prestadores de serviços, cada qual no seu local de trabalho, integravam um “grande clube de trocas” aceitando fazer negócios em seus estabelecimentos com a moeda social.” (Neto e Magalhães, 2009).

A moeda social trás uma nova forma de lidar com os recursos dentro do bairro. Recebe neste momento outro nome, agora passa a se chamar Palmas. Moeda alternativa que passa a circular livremente em qualquer momento por todo o comércio local. Costumou-se dizer então que o Palmas era uma moeda social circulante local, uma vez que tinha permeabilidade a todo momento entre os estabelecimentos comerciais e profissionais autônomos dentro do bairro.



Esta nova moeda trás com ela três novidade principais, estas se tornaram o grande diferencial para o sucesso da mesma:

- a) Tem lastro em reais, ou seja, para cada palmas circulante há no banco comunitário o mesmo correspondentes em reais⁵.
- b) O sistema de troca com o Palmas, passa a se relacionar diretamente com os sistema de crédito do banco comunitário, permitindo que os tomadores de crédito possam optar por uma ou outra moeda.
- c) Conversão de palmas em reais. Através das condições já citadas acima, fica claro que existe a possibilidade do produtor que acumular muitos Palmas converter essa moeda social em reais.

De modo geral essa estratégia, além de ampliar a oferta de produtos no clube de trocas, trouxe outro componente muito importante: a possibilidade das riquezas geradas internamente pela moeda social dialogar com a moeda oficial, as duas passam a coexistir no mesmo espaço, mas com duas finalidades diferentes. A Moeda social vem para fidelizar os indivíduos no bairro através de vários privilégios para quem consome com ela, por exemplo, os descontos e o crédito nos estabelecimentos. Enquanto a moeda corrente servirá para subsidiar novas ações externas ao bairro e para garantir o lastro do banco comunitário.

⁵ Este lastro foi conseguido inicialmente através de um projeto junto a strohalm/Instrodi e depois com recursos do próprio Banco Palmas, que paga seus colaboradores e prestadores de serviço em Palmas(10% do valor) (Neto e Magalhães, 2005, p.)

Nesse contexto é importante ressaltar que esse diálogo se dá através do protagonismo da moeda social, responsável por gerar a riqueza e a solidariedade local. Pois as pessoas que em sua origem não tinham acesso a crédito em reais puderam, através de seu trabalho na comunidade conseguir moedas sociais, que à medida do necessário pode ser cambiada em reais, através da troca direta no próprio banco comunitário.

A moeda social é a garantia de que o dinheiro vai ser gasto no bairro, pois a mesma só tem validade na área territorial dos bairros onde a metodologia foi implementada. Inclusive as cédulas são confeccionadas seguindo uma série de procedimentos para dificultar sua falsificação possuindo marca d'água, holograma e outras formas de assegurar a utilização correta.

O grande ganho desta nova estratégia é a possibilidade de se conseguir acumular novas riquezas. Se o território é pobre economicamente, precisa-se de novas tecnologias, insumos e equipamentos que venham de fora do bairro e possam alavancar os empreendimentos locais. Nas palavras de Joaquim Neto, se a moeda social apenas circula no bairro, tem a possibilidade de se transformar em um ativo monetário capaz de potencializar as economias locais e garantir novos investimentos externos, caso contrário, muito provavelmente seria impossível gerar desenvolvimento local nessas regiões.

O grande desafio deste sistema é sempre garantir o lastro para que a moeda social possa continuar ativamente circulando. Como fazer então esse lastro sem torna-se dependente de projetos, doações, cooperação com órgãos internacionais e outros. A quantidade de moeda social circulando naquela comunidade era pequena e os impactos na economia inicialmente deixavam a desejar, hoje já pode contar com inúmeros casos de sucesso, no entanto, é preciso sempre ficar atento à questão lastro, pois a demanda do bairro só cresce a cada dia.

Muitos comerciantes são incentivados a oferecer descontos em moeda social, no entanto o maior incentivo para eles é a garantia da compra local e a ampliação das vendas, de modo tal a desestimular a compra nas grandes redes e valorizar o que é regional, ajudando a gerar emprego e renda na comunidade.

2.6. Ações paralelas.

Junto com essa iniciativa, surgem como desdobramentos, vários projetos complementares de desenvolvimento local citados por uma das assistentes de crédito durante entrevista. Alguns deles são:

- a) Casa produtiva: Financia reformas de residências que estão comprometidas, com objetivo de melhorar o empreendimento individual e assim ampliar a geração de renda no domicílio. (Até 450,00 R\$)
- b) Micro-seguros: Está presente desde setembro de 2010. É uma política de “micro-seguro” para famílias de baixa renda. Com o custo anual de 27,30 R\$, é oferecida cobertura não apenas para casos de morte, mas também perda de emprego e/ou tragédia na família. Esse programa é possível através da parceria com a Zurig Seguradora, conhecida mundialmente pelo apoio a projetos de desenvolvimento produtivo local.
- c) Bairro escola de trabalho: é um projeto de capacitação profissional e geração de trabalho e renda para jovens entre 16 e 24 anos onde os próprios empreendimentos do bairro (comércio, indústria e serviços), capacitam e empregam os jovens da comunidade.
- d) Incubadora Feminina: é direcionada a mulheres que fazem parte dos bairros de assistência dos bancos comunitários e consiste na estratégia de reintegrá-las no mercado de trabalho ou apoiá-las na criação de seus próprios empreendimentos, de forma a garantir-lhes renda e cidadania.
- e) Cia Bate Palmas : este empreendimento esta ligado a área de arte, educação e cultura da comunidade. Tem como principais participantes jovens do conjunto Palmeiras, sob a coordenação do cantor e compositor cearense Parahyba. Através da música, resgata os valores históricos da cidade, dando ênfase à cultura do nosso povo. Através dessa ação, gera renda dentro dos princípios da

economia solidária para cerca de trinta jovens que fazem parte do grupo principal, realizando apresentações por toda a cidade.

- f) Consultores comunitários: é um projeto que visa capacitar através de no mínimo quatrocentas horas de curso, jovens das comunidades, para oferecerem pequenas consultorias aos empreendimentos do bairro, orientando quanto ao acesso de crédito, utilização das moedas sociais circulantes, oportunidades de comercialização nas feiras e lojas solidárias da comunidade, além da valorização dos produtos locais, participação na rede de economia solidária, preço, marketing, estoque e outros. Essa ação segundo os coordenadores é a principal fonte de captação de recursos humanos para os bancos comunitários, pois é através dela que os moradores entendem com mais profundidade o trabalho do mesmo e querem retribuir de alguma forma os benefícios recebidos.
- g) Academia de moda periferia: um espaço de formação e produção na área de moda, destinado a mulheres e jovens da periferia de Fortaleza. O objetivo é melhorar a qualidade das técnicas profissionais de mulheres jovens, e, assim, promover a inclusão destas no mundo do trabalho, tudo isso também seguindo os princípios da economia solidária.
- h) Palma Tech: é um espaço localizado na sede da associação, oferecendo cursos dos mais variados possíveis na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos operacionais de economia solidária, enfatizando a cultura local e a cooperação. A escola é encarregada pela gestão do conhecimento do Banco Palmas, elaborando materiais pedagógicos, publicações e relatórios. Tem como valor central o controle da sociedade sobre a economia e o mercado como espaço de cooperação, colaboração e satisfação das necessidades humanas.
- i) Escola popular cooperativa: é um projeto inicialmente do instituto palmas, voltado para a juventude, com o objetivo de ajudá-los a ingressar na universidade. Atua com uma pedagogia libertadora que

oferecesse aos alunos: conhecimentos teóricos para obterem sucesso nos processos seletivos para ingresso nas universidades, desenvolvimento da capacidade empreendedora, e sensibilização para a participação nas atividades comunitárias e de proteção ambiental. Cada turma tem 06 meses de capacitação, 600 horas de sala de aula. Os professores geralmente são ex-alunos, alunos universitários e professores das escolas públicas do bairro.

- j) Palma tur: A PalmaTur é um empreendimento da rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeira que tem uma pousada e serviços de guia. Constitui-se inicialmente com 20 mulheres do bairro que foram capacitadas pelo projeto Incubadora Feminina do Instituto Palmas. De todo esse processo surgiu a PalmaTur. A idéia atrás da PalmaTur é que a periferia de Fortaleza tem tudo de bom que um turista quer ver e viver. Toda essa riqueza pode ser compartilhada, de uma maneira sustentável, com os visitantes da cidade. Os objetivos principais da PalmaTur são: Promover o Conjunto Palmeira como um destino turístico em Fortaleza, fortalecendo o desenvolvimento econômico local através da hospedagem solidária na pousada comunitária, tendo por base os princípios da sustentabilidade e garantir trabalho e renda para as mulheres do bairro encaminhando-as para o mercado formal de trabalho.
- k) Palma Fashion: O Palma Fashion foi pensado para ajudar mulheres que por causa de vício em drogas, extrema violência doméstica, entre outros, vivem excluídas da sociedade. O Palma Fashion produz uma coleção variada de confecções, bolsas e sapatos.
- l) Palma Limpe: Palma Limpe é uma microempresa que produz materiais de limpeza: detergente, desinfetante, água sanitária, amaciante e cera líquida, formada por cinco jovens da comunidade. A capacitação foi realizada pela Prefeitura Municipal e os recursos garantidos pelo Banco Palmas. É uma microempresa devidamente legalizada.
- m) Loja solidária: A Loja Solidária funciona na própria sede do Banco, expondo e vendendo os produtos fabricados no bairro

- n) Feiras de economia solidária: Feira do Banco Palmas é um espaço público onde são comercializados semanalmente produtos feitos no próprio bairro. É também um instrumento de reforço à cultura popular, dando oportunidade para apresentação de artistas, cantadores, emboladores, repentistas e outras representações da cultura local. Propicia um momento de encontro entre as famílias e de troca de experiências entre os feirantes. Inclusive na feira e no Clube de Trocas Solidárias com Moeda Social que é uma articulação entre produtores, prestadores de serviço e consumidores do bairro, que se reúnem semanalmente para trocarem seus bens e serviços utilizando uma moeda social.
- o) Palma Natus: Palma Natus é um empreendimento produtivo que está ligado à rede de economia solidária do Banco Palmas. Criada em 2005, e trabalha com sabonetes artesanais e fitoterápicos, trabalha com xaropes, e sabonetes de alecrim pimenta.
- p) FECOL: Fórum socioeconômico local.

Os projetos complementares têm o papel de fortalecer as ações dos bancos comunitários, através da assistência cada dia mais completa aos seus clientes, levando ações inexistentes anteriormente nestes bairros para próximo destes indivíduos. As ações complementares também ajudam no fortalecimento do relacionamento entre banco comunitário e comunidade.

2.7. Impacto e replicação.

Em 2003 com a intenção de replicar a metodologia dos Bancos Comunitários, os moradores do Conjunto Palmeiras criaram o Instituto Palmas. Esse instituto tem a finalidade de ser o guardião de toda a metodologia de trabalho do mesmo, passando então a atuar como consultor nas ações de criação de bancos comunitários em outras localidades. Ele é responsável por fazer o diagnóstico da

localidade, levantamento histórico e de interesses, elaborar o projeto de implantação, fazer os treinamentos necessários e o mais importante de tudo, dar autonomia de ação para os mesmos.

É importante lembrar que esta ação tem caráter educativo, a partir do momento que o novo banco passou pelas fases citadas acima, o mesmo passa a atuar dentro da rede de bancos comunitários, de forma autônoma. Suas diretrizes e ações estão ligadas a autogestão do mesmo. A coordenação do banco, junto as outras instituições locais, como associações e cooperativas, em parceria também com a comunidade, passam a direcionar as ações do banco comunitário.

Em 2005 firmaram uma parceria com secretaria nacional de economia solidária – SENAES/MTE e Banco Popular do Brasil, desta maneira possibilitando o maior acesso a crédito, assim o instituto Palmas chega a 2011 com sua metodologia espalhada por 51 bancos comunitários em todo o Brasil.

Através desta replicação é possível perceber, o quanto a partir do momento em que outras comunidades passam a ter o conhecimento desse tipo de ação, que pode lhes dar uma chance de empoderamento social, começam a importar essa tecnologia social e replicá-las em seu meio.

Sempre que há o interesse de alguma comunidade em abrir um novo banco comunitário, o instituto Palmas vai até eles e serve de consultor, é feita uma série de análises, identificando reais interesses locais e em média depois de três meses é inaugurado o novo empreendimento.

Aqui no Ceará aconteceu duas vezes um evento, com o intuito de inaugurar vários bancos pelo interior do Estado ao mesmo tempo. É o que eles chamam de caravana da solidariedade. É um momento de grande festa e orgulho para quem está presente, pois através disto eles entendem poder gerar ações de emancipação humana, em áreas de pouco desenvolvimento econômico e que passam por muitas privações devido à falta de recursos econômicos e investimento dos governos locais das demais esferas do Estado.

3.Riosol

3.1. Breve história da Granja Portugal.

Granja Portugal é um bairro centenário da periferia de Fortaleza situado na região sul da cidade, possui este nome por causa de seus colonizadores que eram Portugueses e possuíam como fonte de renda a criação de galinhas. Segundo o censo de 2000 possui 61.470 habitantes, sendo a maioria ligado às atividades de comércio, artesanato e feiras locais.

É assistido por dois postos de saúde, quatro escolas e um anexo, uma creche e um centro de idosos. No entanto, não possui escola de ensino médio, nem delegacia de polícia. Quando é necessário este tipo de serviço os moradores têm que se deslocar para o bairro mais próximo, Conjunto Ceará. Além de a única área de lazer existente ser a praça matriz da Granja Portugal com seu campo de futebol e a Igreja católica de Santo Antônio.

É uma localidade com histórico parecido ao de muitas outras periferias. É uma área de pouco desenvolvimento local e recursos, tanto econômicos quanto sociais, escassos. Existe uma grande parte da população desempregada e/ou com subempregos, muitos jovens não possuem atividades fora da escola o que gera uma ociosidade, preenchida muitas vezes com o crime. Praticamente não existem áreas de lazer onde possa haver a convivência entre a comunidade.

Existe pouco sentimento associativo e os problemas existentes nas comunidades são sempre deixados de lado pela população, à espera de que alguém de alguma instituição do governo que possa fazer algo por eles. Grande parte das famílias recebe algum tipo de auxílio do governo através dos diversos programas de distribuição de renda, muitas vezes este recurso sendo a única fonte de renda da família, cujos membros possuem pouca qualificação profissional, decorrente dos poucos anos de estudo que tiveram.

Como o bairro não é coberto por vários serviços, como por exemplo assistência bancária de bancos convencionais, nem mesmo postos, possuindo apenas centros de pagamentos como cheque-pagues, os moradores têm sempre

que se deslocar para outros bairros quando necessitam de algum serviço. Situação que fica pior para a população mais idosa que sofre ainda mais por causa da dificuldade de deslocamento.

3.2. História do Riosol

O banco comunitário Riosol é o segundo banco a ser inaugurado em Fortaleza e o 32º no Brasil. Seu lançamento aconteceu no dia 4 de julho de 2008, na rua Humberto Lomeu, 1091. Será gerido pela ONG SOLIDU que participa da rede Cearense de Socioeconomia Solidária, e sua moeda social se chama Rios. Neste dia, o banco contou com a presença de centenas de pessoas ao redor de uma feira de economia solidária, além de atividades para as crianças e a atração cultural do grupo “Bate Palmas” (Grupo de percussão do Conjunto Palmeiras). Na solenidade estavam presentes representantes da prefeitura municipal de Fortaleza, do Instituto Palmas, e senador Eduardo Suplicy, o deputado federal Eudes Xavier entre outros.

Segundo o gerente do banco, o Sr. Cristiano Alves, o objetivo geral do banco é “proporcionar condições financeiras através do crédito produtivo, para que os pequenos comerciantes aqui da área possam crescer. Quando eles crescem, o comércio se fortalece” gerando mais emprego e conseqüentemente renda para aquela localidade.

Sua abrangência engloba além da própria Granja Portugal alguns bairros vizinhos como o Conjunto Ceará, Genibaú, Granja Lisboa e Bom Jardim. No final da solenidade foram assinados os dois primeiros empréstimos sendo um destes um crédito produtivo para uma cooperativa do Genibaú a COOPFIRME. O banco trabalha com alguns tipos de empréstimos, um exemplo é o para consumo que vai de R\$ 50,00 até R\$ 200,00, sendo que o primeiro sempre é do valor mínimo, se pagar no prazo, tem a oportunidade de fazer um novo empréstimo com valor maior, e serve para suprir as necessidades imediatas de uma família, como por exemplo: falta de gás para preparar o alimento ou alguma conta de serviços básicos como água ou luz atrasadas, é um tipo em que não existe a cobrança de juros.

Já o crédito chamado de produtivo que vai de R\$ 1.000,00 e podendo chegar até R\$ 10.000,00 está ligado a pequenos empreendimentos produtivos locais, para a aquisição de matéria prima, investimento em maquinário e em qualquer outro insumo pertencente à produção, sendo que os juros praticados por esta instituição financeira são bem menores que os dos bancos comuns. Como já foi dito, no primeiro caso, em que o crédito é para consumo, não existem juros e o pagamento é realizado trinta dias após o recebimento do mesmo. Já para o crédito produtivo o valor vai de 1,5% a 3,5% ao ano, equivalente à proporcionalidade do empréstimo: quanto maior o empréstimo maior serão os juros.

É importante lembrar que no caso do crédito produtivo o credor precisa possuir uma conta no banco popular do Brasil, parceria essa que através da fundação do mesmo pode proporcionar uma carta de crédito maior ao banco comunitário, que inicialmente contava apenas com o apoio da prefeitura, o que caracterizava um investimento pouco significativo. Segundo Luciano Cidrack, consultor na implantação de bancos comunitários, que é parceiro do banco comunitário neste projeto relembra que o perfil de tomadores de crédito é que para realizarem seus pedidos de empréstimo os mesmos devem possuir seu empreendimento alinhado a ações coletivas e/ou ser caracterizado como de economia solidária.

Assim como no Banco Palmas a equivalência financeira das moedas é de que cada um real equivale a um rios. Rios é o nome da moeda local. Cada banco na sua constituição é batizado por um nome de escolha da comunidade, assim como sua moeda também carregará a mesma identidade.

Na localidade existem já cerca de uma centena de comércios cadastrados que aceitam esta nova moeda nas transações. Segundo o site da Terra Azul – Ecologia Saúde e cidadania, essa ação visa criar “um novo sistema econômico capaz de pôr os cidadãos no centro das atividades econômicas da sua própria comunidade” o que facilita a médio e longo prazo a diversificação dos empreendimentos da comunidade assim como a geração de desenvolvimento local.

Outros serviços também oferecidos pelo banco são: Abertura e extrato de conta corrente, recebimento de títulos e convênios, seguro de vida, pagamento do INSS, além de saques. Para estas operações, o banco Riosol conta com a parceria

do Banco popular do Brasil o que segundo os gestores do banco é algo bom, pois a cada título recebido o Banco pode ficar com uma porcentagem dos valores pagos, ampliando assim a linha de crédito do mesmo. O banco iniciou sua atuação com R\$ 35.000,00, sendo destes 3 mil revestidos em rios (moeda social do bairro).

Vale ressaltar também no que diz respeito à inadimplência que a mesma é mínima, sendo inferior a 1%, sendo atribuído esse sucesso ao fato de que quem valida ou não a liberação do crédito são pessoas conhecidas, da própria comunidade. Além de haver um acompanhamento durante todo o processo, avaliando a utilização do recurso pelo tomador de crédito e direcionando que tipos de ações deverão ser realizadas para obter sucesso, mesmo assim, quando de forma esporádica acontece de alguém não poder pagar, existem os refinanciamentos e novas tentativas de renegociação. Já que o intuito do banco é reeducar e empoderar a sociedade local, as ações de foco não todas educativas e não coercitivas como no capitalismo formal em que vivemos.

3.3. Bancos comunitários e o capital social

A tecnologia social dos bancos comunitários, como foi mostrado anteriormente, surge como meio de gerar desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde são implantados. Através de seus valores e filosofia, realizam ações de empoderamento humano, dando novos significados para as ações e atores envolvidos na realidade local em busca não só da sobrevivência, mas de uma real meta de vida. Sendo assim “desenvolvimento social corresponde sempre à geração, ampliação ou reprodução, alteração da composição, em termos de qualidade e/ou de quantidade, daquilo que se chama capital social” (FRANCO, 2001, p. 473)

Através das entrevistas realizadas, foi possível perceber o quanto as teorias do capital social são realmente aplicáveis. O fato de uma instituição “confiar” no indivíduo e investir em seu potencial, sem muita burocracia o que neste caso significa também sem muitas referências ou garantias, gera no indivíduo um sentimento de gratidão que leva à reciprocidade, além da preocupação de não trair a confiança da instituição.

Como já foi identificado por Yunus, a quantia necessária a estes indivíduos é extremamente pequena, pelo menos aos padrões convencionais da sociedade capitalista, no entanto para eles é uma quantia muitas vezes absurdamente difícil de se conseguir. Como observamos anteriormente, grande parte dos empréstimos não chega a 150 reais. Esse dinheiro muitas vezes é usado em alguma pequena atividade, o investimento em matérias-primas e/ou mercadorias para seus negócios.

Em uma das entrevistas com Cristiano, ele relatou diversos casos como exemplo. Dois deles serão descritos agora: Um era sobre uma senhora viúva que vendia cheiro-verde de porta em porta pelas ruas do bairro. A mesma foi a um dos seminários de sensibilização na associação do bairro convidada por uma amiga, apenas para conhecer. No fim da reunião achou que aquilo não era para ela, respondeu logo que empréstimo era coisa de patrão. Cristiano, então, percebendo a falta de confiança, conhecimento e até autoestima dessa mulher, convidou-a para uma conversa mais a fundo. Fez um planejamento e perguntou se a senhora gostaria de trabalhar em um ponto fixo e com mais variedade de produtos, visitou a casa da senhora e viu que apesar de muito pequena tinha um pequeno espaço na frente, na área, onde ela poderia colocar sua cesta de verduras.

Foi proposto então para ela um primeiro empréstimo de cinquenta reais, que foi direcionado a fazer uma pequena placa anunciando a venda de verduras e a compra de algumas variedades que pudessem ser vendidas com facilidade, como tomate, cebola, pimentão e etc. Junto a isso foi feito um acompanhamento semanal, direcionando as ações necessárias para que a senhora pudesse obter sucesso nas vendas. Com isso, no primeiro mês ela já pagou o empréstimo e adquiriu outro com intuito de ampliar a variedade e quantidade das verduras, até que em um ano a senhora havia melhorado o seu local de vendas, e o sustento da casa passou a ser somente a renda das verduras.

O outro caso similar era de uma jovem que ficou grávida aos 16 anos e não tinha certeza se o pai iria reconhecer a criança. Sua família não tinha condições de assumir uma pessoa a mais porque estavam passando por situação difícil. Do mesmo jeito que a senhora anterior, a moça foi para uma das reuniões de sensibilização e não conseguia entender como aquilo poderia ajudá-la. Pedir o empréstimo parecia simples, mas como pagá-lo?

Um dos agentes de crédito foi, então, fazer o trabalho de identificação de alguma atividade recorrente que pudesse ser fonte de renda. Fez uma visita à garota e sua família. A partir daí surgiu a ideia de que as duas, mãe e filha, poderiam trabalhar com crochê, já que as duas tinham essa habilidade. Foi feito um estudo de quanto era necessário de investimento inicial e para onde elas poderiam vender seus produtos.

O primeiro empréstimo também foi de cinquenta reais, era o necessário para comprar linhas e acessórios. As vendas foram realizadas para uma pequena fábrica de camisas femininas que necessitava de vários tipos de apliques feitos de crochê para a sua produção. Estes então passaram a ser fornecidos por elas.

Estes dois exemplos são clássicos ao trabalho realizado pelos bancos comunitários. Fazendo parte do leque de ações que podem gerar capital social nas comunidades.

“Capital social, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não é cuidar dos problemas sociais que afetam uma sociedade. Disponibilizar por exemplo, um conjunto amplo e eficaz, de programas universais de saúde e de educação públicas – medidas necessárias para aumentar o nível de capital humano – não é suficiente para aumentar o capital social. Se fosse assim. Cuba apresentaria um dos maiores estoques de capital social do planeta, e não um dos menores.” (FRANCO, 2001, p. 485).

Sendo assim, em comunidades que possuem um banco comunitário, a confiança é gerada e fortalecida através de vínculos econômicos que se complexificam permeados pelas ações complementares dos próprios bancos comunitários. Relações essas que são solidificadas com o tempo de atuação do mesmo assim como através de sua permeação na comunidade. O banco cria raízes que espalham a cada dia o conhecimento da sua existência, atingindo novas pessoas e tornando seu trabalho realmente entendido pela comunidade a seu redor.

“A capacidade de associação depende, por sua vez, do grau em que as comunidades compartilham normas e valores e mostram-se dispostas a subordinar interesses individuais aos grupos maiores. Desses valores compartilhados nasce a confiança, e confiança na

nossa maneira de ver tem um grande e inestimável valor econômico.”
(FUKUYAMA, 1996, p. 25)

O insucesso econômico existente nestas localidades está ligado não só ao fato do pouco dinheiro que ganham, mas também da forma como o gastam. Como já foi explicado anteriormente, na grande maioria das vezes estes recursos são direcionados para fora da comunidade, deixando a mesma cada vez mais pobre.

A grande diferença gerada também pelos bancos comunitários é através da moeda social, que só pode ser gasta no bairro de atuação do banco o que gera desenvolvimento local através da injeção de dinheiro no comércio local, que se fortalece e pode assim empregar mais, com reflexos inclusive no problema do desemprego existente. É por isso que Fukuyama nos lembra que:

“Como Adam Smith compreendeu muito bem, a vida econômica é profundamente engastada na vida social e não pode ser compreendida fora do contexto, dos costumes, princípios morais e hábitos da sociedade no qual ela se insere. Em suma, ela não pode ser divorciada da cultura.” (FUKUYAMA, 1996, p. 28)

Apesar de parecer muito simples na explicação, ações como essa têm complexidades inerentes que são muitas vezes difíceis de acompanhar. Como toda ação humana, está cheia de peculiaridades que caracterizam uma variante enorme de vertentes. Assim todo esse trabalho é algo difícil, é realmente uma aposta no potencial humano de emancipação, só possível através da ação comunitária.

“O capital social não pode ser adquirido por indivíduos agindo por conta própria. Ele é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais. A propensão a sociabilidade é muito mais difícil de adquirir do que outras formas de capital humano, mas, por ser baseada em hábito ético, também é muito mais difícil de ser modificada ou destruída.” (FUKUYAMA, 1996, p. 42)

O sucesso então desta ação é representado pelo voto de confiança mútuo e a perseverança, a comunidade se reconhece e amplia seu campo de visão. Deixando de ter uma visão apenas nuclear voltada para a família, passando a ter uma responsabilidade com o todo, sabendo agora que comprar na mercearia da esquina é muito mais que uma compra, é um investimento no desenvolvimento da comunidade.

3.4. Limites de atuação

Criar e manter um banco comunitário, apesar de ser algo de muito benéfico para localidades pobres, pois estas passam a poder gerar desenvolvimento local, não é algo de fácil articulação, é um caminho tortuoso, pois existem ainda muitas limitações. Como estes não podem legalmente realizar a captação de recursos através de depósitos de seu público, acabam não tendo condições de obter recursos próprios o suficiente para se manterem e, como resultado, muitos desses bancos passam a viver basicamente da solidariedade da cooperação internacional e nacional do terceiro setor.

Apesar de realizar uma grande contribuição no combate à miséria e no resgate da autoestima das pessoas mais pobres, não existe uma legislação que se adéque às necessidades deste tipo de empreendimento, além da falta de políticas públicas que subsidiem e estimulem essas experiências.

Outro fator importante que podemos ressaltar dentre os limites que cercam a implementação de bancos comunitários, que são importantes geradores de capital social, como já foi dito anteriormente, e também para o processo de inclusão e transformação social, é que eles não conseguem prestar serviços financeiros na mesma medida em que os empreendimentos financeiros vão crescendo, quando os mesmos estão nas duas fases iniciais de assistência e de subsistência, existe uma certa facilidade destes bancos comunitários fazerem esse investimento social e realizar o acompanhamento, realmente gerando um desenvolvimento social. Já quando os mesmos passam dessa fase e para se expandir ainda mais precisam ainda de investimento, o banco comunitário já não o pode mais atender, pois não possui recursos o suficiente para poder fazer tão ação.

O que acontece então nessa fase é que existe uma certa sabotagem dos planos de desenvolvimento social local, porque o trabalho que se teria de reinvestir dentro da própria comunidade é destruído porque esses novos empréstimos não terão mais condição de serem realizados nos bancos comunitários e serão feitos no serviço financeiro corrente, acabando por deixar escorrer mais uma vez suas reservas para o grande capital

Uma solução apontada então por Joaquim Neto é que se torna necessário a criação posterior nos bairros de uma cooperativa de crédito popular e solidária, isso não como uma ação para substituir os bancos comunitários, mas para que este possa sim dar continuidade as ações iniciadas pelos mesmos. Esse casamento banco comunitário mais cooperativa de crédito, completaria o que é chamado de circuito financeiro necessário para impulsionar o desenvolvimento sustentável de comunidades de baixa renda.

“Precisamos de um instrumento financeiro, popular e solidário, que seja capaz de ajudar os empreendimentos a crescerem, que possa atendê-los em suas necessidades financeiras desde a sua fase de subsistência até a fase de sustentabilidade. Um instrumento financeiro criado pela própria rede solidária local, com força suficiente para fazer com que a melhor fase da vida econômica dos empreendimentos, continue beneficiando a comunidade que o fez crescer.” (NETO E MAGALHÃES, 2005, p.41, grifo do autor).

Para isso, esse novo instrumento proposto precisa já ser concebido tendo um marco legal dentro do país, para que possa captar recursos legalmente dentro da própria comunidade, e não apenas fortalecendo-se com os recursos externos, tanto públicos quanto privados, mas que possa ao mesmo tempo estar sobre o domínio e administração pública da comunidade. Os Bancos Comunitários precisam ter muito critério na concessão de crédito, disposto a apostar em serviços e empreendimentos da comunidade, levando-o a um caminho de economia solidaria e sustentabilidade. Suas ações tem de ser formal, mas ao mesmo tempo ter facilidade de dialogo com a comunidade produtiva que ainda permanece na informalidade, pois os custos de se manter formal são muito caros ainda para a maioria dos empreendedores destas comunidades, ainda que estejam já em sua fase de sustentabilidade.

Resumindo a partir das ações de uma cooperativa de crédito na comunidade, seria possível organizar uma poupança individual e comunitária, poder-se-ia pagar as contas de públicas básicas, como água, luz e etc. Além de outras ações operacionais que poderiam ser realizadas na mesma, isso faria com que os

excedentes voltassem em forma de benefícios e geração de renda para as redes locais administradas pela própria comunidade.

Sendo assim sua missão estratégica básica em um bairro popular onde já existem bancos comunitários é dar continuidade aos processos de construção das redes solidárias de produção, e de consumo iniciada por esses bancos, criando assim um componente de uma rede local de economia solidária. Fortalecendo economicamente este processo coletivo de transformação social, esta é a principal razão de sua existência nestas comunidades.

4. Conclusão

Podemos observar no decorrer do presente trabalho como funcionam os bancos comunitários de uma modo geral, assim como observamos mais de perto alguns detalhes peculiares aos dois bancos onde foi realizada a pesquisa. A partir disto pudemos analisar como se dá sua dinâmica e de que forma isso impacta na vida da comunidade.

É possível perceber então que a partir da metodologia implementada por estes bancos é possível tornar uma ação a princípio puramente econômica, emprestar dinheiro, em social. Já que este é cheio de peculiaridades que dão outro significado a essa ação. Bancos comunitários nesse aspecto, são uma alternativa dentro da realidade do capitalismo, de emancipação humana através do empoderamento de suas ações. Torna os indivíduos mais confiantes e amplia a capacidade estratégica de pensar em novas perspectivas para seu desenvolvimento.

O ato de confiança gerado dentro desta perspectiva é retribuído pela comunidade assistida de forma ótima, o que garante o pleno funcionamento do mesmo, assim como a sua solidificação dentro da comunidade. O trabalho não só de emprestar mas também de auxiliar a gerir este dinheiro garante um amadurecimento de ambas as partes, replicando nas relações sociais dentro da comunidade.

O Capital social gerado pela ação inicial dos bancos comunitários é fortalecido através de suas ações paralelas, como os trabalhos dos grupos produtivos e a valorização da comunidade como algo que depende de cada um destes indivíduos, sendo papel dos mesmos trabalhar para sua boa manutenção e desenvolvimento. O Estado tem que ser responsável pelas questões básicas que dizem respeito a administração pública, no entanto a manutenção desses aparelhos e conservação fica por conta dos usuários, que devem aprender a utilizá-los de harmônica e como meios de fortalecer suas ações.

As ações apresentadas então neste trabalho são vistas como círculos virtuosos de geração de capital social, pois a confiança é dada ao indivíduo que a potencializa e devolve, não apenas para quem lhe passou, no caso o banco, mas

também aos estabelecimentos locais na forma de consumo, e estes ao crescerem também repassam a comunidade, através da geração de novos postos de trabalho.

Existem ainda muitas perspectivas a serem trabalhadas no que diz respeito à ação destes bancos e seu impacto na comunidade local, o presente trabalho é apenas o início de várias discussões a serem tratadas já que esta tecnologia social dos bancos comunitários parece as vezes ter surgido como iniciativa própria apenas no conjunto palmeiras e ter sido uma reprodução não muito espontânea pelo menos no que diz respeito aos municípios do Ceará. Muita vezes esse tipo de ação até mais parece uma política pública. Assim como a parceria destes com bancos formais, como banco do Brasil e mais recentemente caixa econômica, ainda não ficou bem clara.

Por falta de recursos humanos principalmente não foi possível realizar uma investigação profunda com os moradores destas comunidades que pudessem ratificar as informações das entrevistas. Outro assunto também de suma importância é a questão da segurança. Algo observado é que quando o banco comunitário é aberto chama atenção de criminosos, muitas vezes do próprio bairro que realizam atos de vandalismo e subtração do mesmo. É necessário entender qual a real visão que estes bancos passam a comunidade que ainda não utilizaram os serviços dos mesmos.

Uma possibilidade levantada seria o fato de parceria com o banco do Brasil ser ressaltada, através de cartazes e outros meios de divulgação, talvez passando a impressão de ser um empreendimento com alto volume de dinheiro. Assim como também o fato deles ampliarem seu leque de serviços, para trazer conforto a comunidade, recebendo contas dos principais serviços, como água e luz. Além de distribuírem os benefícios do INSS.

Dentro das ações complementares destes bancos existe também a preocupação de incentivar nas escolas locais e dentro do próprio banco, o resgate histórico das comunidades a que pertencem, como estratégia de fortalecimento dos laços do indivíduo com o seu bairro, e através disso gerar um sentimento de pertencimento mais forte, que em sua essência o fará lutar pelas melhorias do bairro, criando um maior envolvimento político e social.

As discussões geradas neste trabalho foram importantes para fazer uma reflexão sobre o que realmente são e qual o trabalho real dos bancos comunitários, entendendo como se dá de forma específica sua atuação, assim como os desdobramentos e também limites. É também instigador de várias provocações acerca de seu real impacto. Tanto no âmbito econômico como social. Abrindo novas perspectivas de análise para esta realidade historicamente recente.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, Marcelo (org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FRANCO, Augusto. *Alfabetização democrática*.

_____. *Capita Socia, Leitura de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Instituto de política millenium.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1996.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Sandra; NETO, João J. Melo. Bancos comunitários. Documento gerado durante o II encontro da rede brasileira de bancos comunitários, realizado de 18 a 21 de abril de 2007.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. A retórica do capital social: uma análise da obra de Putnam. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Org.). *Capital social: teoria e pratica*. 2006. Cap. 1, p. 11-27.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966, p.118-127.

NETO, João J. Melo. O poder do circulante local: A moeda social no conjunto palmeiras. Fortaleza, Editora independente Banco Palmas, 2005.

NETO, João J. Melo; MAGALHÃES, Sandra. PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico. Fortaleza, Editora independente instituto Banco Palmas, 2003.

NETO, João J. Melo; MAGALHÃES, Sandra. Banco Comunitário e cooperativa de crédito: Uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza, Editora independente instituto Banco Palmas, 2005.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. Processos Tangíveis e intangíveis do desenvolvimento local. *Revista econômica do nordeste*, Fortaleza, nº38, p. 289-305, abril-jun. 2007.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.

SARRIA, Ana Mercedes; TIRIBA, Lia. Economia Popular, in: "*A Outra Economia*", Veraz Editora, Porto Alegre, 2003.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego, diagnósticos e alternativas. São Paulo, editora Contexto, 2000.

_____. Introdução a economia solidária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia política da urbanização. São Paulo, Editora brasiliense, 1995.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo, Editora Ática, 2008.

SITES

Banco Palmas: www.bancopalmas.org

Fórum Brasileiro de Economia solidaria: www.fbes.org.br

Organização Granja Portugal Solidaria: <http://solidu.wordpress.com>

Terra azul: www.terrazul.m2014.net

PT ceará: www.ptceara.org.br